



SEDES

50 ANOS A PENSAR PORTUGAL

POSITION PAPER

#7/24

Distrito de Vila Real: Potencialidades e Desafios

FONTAINHAS FERNANDES

UTAD/CITAB

TERESA SEQUEIRA

UTAD/CETRAD

COM A COLABORAÇÃO DE:

ANA LOBO RUSSO, RUI SOARES E TELMA CORREIA

CONSELHO DISTRITAL DE VILA REAL DA SEDES

Objetivo e Responsabilidade:

Os Position Papers da SEDES destinam-se a apresentar uma opinião fundamentada sobre um tema de desenvolvimento económico e social, em termos consentâneos com os objetivos estatutários da Associação. Os Position Papers assumem igualmente a natureza de *working papers*, isto é, não devem ser considerados produção científica acabada, mas sim textos em progresso suscetíveis de aprofundamento. A autoria pode ser coletiva ou individual, podendo parte ou a totalidade do documento ser usado em outras publicações.

Embora sujeitos a critérios editoriais, que designadamente validam a consonância do documento com os fins dos Position Papers da SEDES, a posição expressa é da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Distrito de Vila Real: Potencialidades e Desafios

Enquadramento Geográfico

O distrito de Vila Real situa-se no Norte de Portugal, confinando a norte com Espanha, mais especificamente com a província de Ourense, na Galiza; a oeste, com os distritos de Braga e do Porto; a sul, faz fronteira com o distrito de Viseu e a leste, com o distrito de Bragança.

Em matéria de Nomenclatura das Unidades Territoriais (NUT) para fins estatísticos, o distrito está incluído na NUT II Norte e abrange toda a NUTIII Alto Tâmega (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar); parte da NUT III Douro (Alijó, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real) e o concelho de Mondim de Basto, pertencente à NUT III Ave (Figura 1).

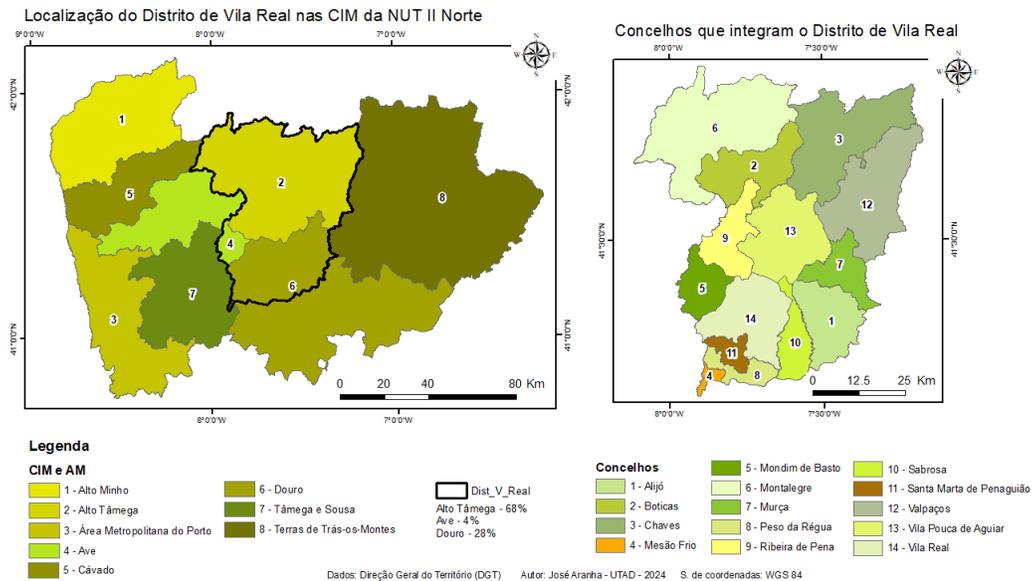


Figura 1 – O Distrito de Vila Real: CIM e concelhos (autor: José Aranha, 2024).

A cada NUT III corresponde uma entidade administrativa local - Comunidade Intermunicipal (CIM) -, entidades criadas para promover a cooperação entre municípios vizinhos, com vista à promoção da coesão territorial e o desenvolvimento sustentável das regiões. Portanto, em matéria administrativa, estamos perante um distrito, três CIM e 14 concelhos, que integram 197 freguesias.

Este quadro administrativo deve ser avaliado no âmbito de uma reforma do sistema eleitoral que, no entender de um grupo de trabalho da SEDES sobre a reforma do sistema político e a definição administrativa do território, deve contemplar um maior alinhamento entre as várias divisões administrativas (Regiões Autónomas, CCDRs, NUTS, AMs, CIMs), bem como a adoção de círculos de representação eleitoral para a Assembleia da República. de círculos uninominais locais e um círculo de dimensão nacional, que reforce o poder de escolha dos eleitores e responsabilize os eleitos ¹.

Retrato Socioeconómico

O distrito de Vila Real registava, à data do último recenseamento da população e habitação - Censos 2021 -, cerca de 185,7 mil residentes (Tabela 1), representando pouco mais de 5% da população do Norte e 1,8% da população residente em Portugal.

Durante as duas décadas decorridas entre os recenseamentos de 2001 e 2021, o distrito perdeu 17% da população residente, uma diminuição particularmente sentida na NUT III Alto Tâmega, com quebra na ordem de 20% e em concelhos da NUT III Douro (-17%), em particular Alijó, Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião, cujas perdas foram superiores a 25%, bem como Mondim de Basto, único concelho da NUT III Ave integrado no distrito de Vila Real. Os concelhos com cidades também registaram uma considerável perda de população, em especial Valpaços (-24,7%), Peso da Régua (-22,8%) e Chaves (-13,9%), com exceção do concelho de Vila Real, onde a perda foi residual (-0,8%), em grande medida, devido à presença de instituições científicas e de ensino superior e ao reforço dos serviços de apoio à saúde, públicos e privados.

¹ Henrique Monteiro, Miguel Poiars Maduro, 2021. Reforma do sistema político e definição administrativa do território. Grupo de finanças públicas da SEDES.

Tabela 1 – Indicadores demográficos.

	Pop. Residente		Densidade Popul. 2021	Saldo Migratório (2022)	Saldo Natural (2022)	Proporção de jovens (2021)	Índice Envelhec. (2022)
	Nº (2021)	Variação 2021/01 (%)					
Ave	418 455	-1,9%	288,8	1 432	-647	12,4	177,7
Mondim de Basto	6 410	-25,2%	37,4	33	-56	10,2	303,2
Alto Tâmega	84 248	-19,6%	28,7	705	-1 043	9,1	398,2
Boticas	5 000	-22,1%	15,3	21	-56	8,5	436,7
Chaves	37 590	-13,9%	63,3	258	-378	9,9	339,3
Montalegre	9 261	-27,4%	11,4	80	-150	7,4	545,6
Ribeira de Pena	5 884	-20,6%	26,9	48	-83	10,4	324,1
Valpaços	14 701	-24,7%	26,6	169	-204	8,2	501,4
Vila Pouca de Aguiar	11 812	-21,2%	27,0	129	-172	8,6	418,4
Douro	183 875	-16,7%	45,6	1 232	-1 645	10,5	285,0
Alijó	10 486	-26,8%	35,1	21	-123	9,1	379,5
Mesão Frio	3 547	-28,0%	132,7	16	-39	9,2	309,2
Murça	5 245	-22,3%	27,7	54	-76	8,5	447,1
Peso da Régua	14 540	-22,8%	152,8	8	-101	10,7	262,8
Sabrosa	5 548	-21,1%	35,5	70	-54	9,8	364,5
S. Marta Penaguião	6 100	-28,8%	87,2	22	-71	8,9	354,1
Vila Real	49 571	-0,8%	130,9	232	-221	12,1	202,8
Distrito Vila Real	185 695	-17,0%	43,1	1 161	-1 784	10,1	304,7
Norte	3 586 586	-2,7%	170	34 016	-12 492	12,3	191,6
Portugal	10 343 066	-0,1%	113	86 889	-40 640	12,9	185,6

Fonte: Elaboração pelos autores, com base em INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021; INE, Estimativas anuais da população residente; DGT/MAAC-MCT - Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2009.0

No geral, o distrito regista baixas densidades populacionais (média de 43 habitantes por Km², cerca de 25% do valor médio do Norte e 38% da média nacional), situação agravada na NUT III Alto Tâmega, com valores muito baixos em todos os concelhos, excetuando Chaves.

De acordo com a evolução do saldo migratório desde 2019, o distrito parece começar a registar um movimento compensatório à tendência do declínio populacional, comprovado pelos dados do saldo natural, embora distantes dos valores de referência registados no Norte e em Portugal. A população do distrito é particularmente envelhecida e com menor proporção de jovens, uma situação generalizada e agravada nos concelhos de Montalegre e Valpaços no Alto Tâmega, onde existem mais de 500 idosos por cada 100 jovens.

A Tabela 2 reúne informação atualizada quanto à escolaridade e outros indicadores condicionantes da atividade económica e da qualidade de vida.

Tabela 2 – Síntese de indicadores relativos à atividade económica e qualidade de vida.

Território	% Pop. Esc. Superior* (2021)	% Beneficiários SD+RSI* (2021)	População empregada (2021)			Poder de compra ** (2021)
			% Sector primário	% Sector secundário	% Sector Terciário	
Ave	14,1%	8,0%	1,4%	45,6%	53,0%	85,7
Mondim de Basto	9,2%	8,4%	7,9%	28,9%	63,2%	64,6
Alto Tâmega	11,8%	9,4%	8,7%	21,0%	70,3%	73,5
Boticas	8,6%	6,5%	14,0%	28,9%	57,1%	65,8
Chaves	15,5%	9,6%	4,2%	18,9%	76,9%	82,5
Montalegre	8,5%	6,7%	20,0%	17,5%	62,6%	65,1
Ribeira de Pena	8,1%	11,7%	10,3%	25,8%	63,9%	65,8
Valpaços	8,2%	10,1%	13,0%	18,5%	68,6%	63,9
Vila Pouca de Aguiar	10,3%	9,8%	8,0%	27,3%	64,7%	70,3
Douro	14,8%	10,5%	13,7%	18,0%	68,3%	79,8

Alijó	9,1%	10,3%	26,8%	16,1%	57,1%	65,3
Mesão Frio	8,6%	11,8%	19,7%	21,0%	59,3%	69,1
Murça	10,0%	15,7%	19,2%	19,4%	61,4%	65,3
Peso da Régua	13,3%	15,0%	15,1%	17,6%	67,3%	84,8
Sabrosa	9,2%	10,9%	20,4%	19,5%	60,1%	67,4
Stª Marta Penaguião	9,6%	14,3%	21,5%	17,5%	61,0%	64,4
Vila Real	24,6%	9,2%	4,2%	16,7%	79,1%	99,1
Distrito Vila Real	14,7%	10,2%	10,0%	19,1%	70,9%	n.d.
Norte	17,8%	10,1%	2,4%	33,5%	64,1%	92,9
Portugal	19,8%	10,2%	2,9%	24,8%	72,3%	100,0

Notas: * calculados em percentagem da população com idade superior a 15 anos. **Este indicador do poder de compra é um índice calculado pelo INE, e não contempla as unidades territoriais distritos.

Fonte: Elaboração pelos autores, com base em Instituto de Informática, I.P. (Segurança Social); INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio; INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População.

A população do distrito com qualificação superior, não obstante a trajetória positiva, apresenta valores inferiores aos da região Norte e de Portugal (14,7% para o distrito; 17,8% e 19,8%, respetivamente, para o Norte e Portugal). Para este retrato, muito contribuem os valores da NUT III Alto Tâmega (com uma média de apenas 11,8%), bem como a maioria os concelhos da NUT III Douro, com valores inferiores aos da média da NUT, excetuando o concelho de Vila Real.

Em termos de indicadores socioeconómicos, o peso dos beneficiários do subsídio de desemprego e do rendimento social de inserção no total da população não mostra diferenças significativas entre os agregados regionais em análise, rondando os 10% (com exceção dos concelhos de Murça, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião, cujos valores são próximos dos 15% e, em contraste, Boticas e Montalegre, com menos de 7%).

Quanto à população empregada, no distrito de Vila Real os indicadores de população empregada no setor primário são superiores ao do Norte e de Portugal. Por oposição, o valor é menos significativo, em termos comparativos, no setor secundário.

O poder de compra é um indicador calculado pelo INE que poderá ser entendido como um valor relacionado com o PIB per capita, variável que não está disponível a nível concelhio. Através deste indicador é visível o baixo poder de compra registado na maioria dos concelhos do distrito de Vila Real, com exceção dos núcleos urbanos de Vila Real, Peso da Régua e Chaves. Dos 14 concelhos em análise, 10 apresentam poder de compra inferior a 70% da média nacional. Atendendo a que a média nacional tem um valor distante da média comunitária, facilmente se deduz as condições de fragilidade económica de uma boa parte dos habitantes da região.

Por fim, e para complemento desta análise, apresenta-se uma síntese de alguns indicadores apenas disponíveis ao nível de NUT III (Tabela 3).

Tabela 3 – Síntese de indicadores a nível NUT III, relativos ao ano 2021.

8	Taxa de valor acrescentado bruto (%) das empresas			Produtividade trabalho ajustada ao salário (%)			Taxa investimento (%) das empresas			Índice sintético desenvolvimento regional			
	Total	Agric.	Ind. transf.	Total	Agric.	Ind. transf.	Total	Agric.	Ind. transf.	Global	Compet.	Coesão	Qualidade ambiental
Ave	35,58	a)	31,75	135,00	a)	162,60	18,69	a)	17,46	97,10	93,84	97,18	100,62
A.Tâmega	45,19	a)	38,70	114,80	a)	195,90	15,84	a)	22,41	88,63	75,83	89,41	101,93
Douro	40,59	35,87	27,10	106,90	63,48	167,10	22,95	20,51	25,09	88,89	79,37	85,60	102,86
Norte	38,08	33,30	29,54	125,50	67,21	153,10	18,98	25,11	16,23	99,59	98,38	99,15	101,39
Portugal	37,81	28,16	25,27	128,50	107	165,50	19,96	35,12	17,89	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: a) Confidencial; Fonte: Elaboração pelos autores, com base em INE, 2024.

Atendendo a que o distrito apenas tem um concelho da NUT III do Ave, a análise vai centrar-se nas NUT III Alto Tâmega e Douro. Estas NUT apresentam uma maior taxa de valor acrescentado bruto, entendida como o peso do valor acrescentado bruto em cada unidade produzida, superior à média do Norte e do país, destacando-se o comportamento do Douro no setor primário e do Alto Tâmega no setor das indústrias transformadoras.

Um estudo recente sobre o ecossistema agroalimentar na Região Norte apresenta indicadores sobre a importância do setor primário nas CIM do Alto Tâmega e do Douro, mostrando que o setor do vinho,

do azeite e dos frutos secos assumem particular relevância e com vocação exportadora². Recorrendo a informação complementar (INE, 2024 - sistema de contas integradas das empresas), no Douro evidencia-se, igualmente, a indústria agroalimentar e, no Alto Tâmega, ganham particular destaque os setores de eletricidade e captação, tratamento e distribuição de água. Como denominador comum a todo o país e regiões em análise, regista-se a elevada taxa de valor acrescentado bruto libertada pelo setor das atividades de informação e de comunicação, com valores superiores a 60% nas referidas NUT III.

Quanto à produtividade do trabalho ajustada ao salário nas empresas, que revela a contribuição do fator trabalho utilizado e medida pelo valor acrescentado bruto gerado por cada unidade monetária despendida em custos com pessoal, no Douro e Alto Tâmega encontram-se valores inferiores à média nacional. Situação relevante no setor primário duriense – muito provavelmente ligada ao facto de se praticar uma agricultura intensiva em mão de obra –, contudo, com valores superiores à média nacional no setor industrial e, em particular, a região do Alto Tâmega. Com base em dados mais desagregados obtidos na base do INE - sistema de contas integradas das empresas, sublinha-se o elevado registo do setor da eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, com um valor quatro vezes superior na NUT III Alto Tâmega, em comparação com a média nacional.

O Douro apresenta taxas de investimento nas empresas superiores à média do país, nomeadamente na indústria transformadora, em particular nas indústrias alimentares, mas menores no setor primário. Tendo por base um nível de informação mais desagregado, evidencia-se no Douro uma elevada taxa de investimento do setor imobiliário e do alojamento e restauração. O subsector do alojamento e restauração também foi dinâmico no Alto Tâmega em 2021, assim como o da indústria transformadora, embora esta sub-região apresente valores inferiores à média das regiões de referência.

O índice sintético de desenvolvimento regional é um indicador composto que pretende analisar as assimetrias regionais quanto ao desenvolvimento regional, em resultado do efeito conjugado do desempenho nas vertentes competitividade, coesão e qualidade ambiental. As três NUTIII apresentam valores globais inferiores à média nacional, constatando-se que tal se deve notoriamente, no caso das NUT Douro e Alto Tâmega, ao comportamento em matéria de competitividade e da coesão social, pois na componente ambiental encontram-se acima do total nacional de referência.

² Fontainhas-Fernandes e Alberto Batista (coordenadores), 2024. Ecossistema agroalimentar, gestão ativa do território e desenvolvimento regional. Estudo publicado pela CCDR-N.

Do exposto conclui-se que Vila Real é um distrito pouco povoado, envelhecido, com menor escolarização, com menor poder de compra e maior peso do setor primário comparativamente ao país. Por outro lado, a taxa de valor acrescentado bruto pelas empresas, quer no Alto Tâmega, quer no Douro, é superior à média nacional, o que sugere uma análise sobre a retenção do valor acrescentado, pois não se reflete na melhoria das condições de vida da população.

Neste seguimento, relembremos o Manifesto de Ventozelo³ que considera que o que fica no distrito é pouco, devendo a região aspirar tornar-se o destino de uma fatia maior das receitas que gere. Sugere que a redistribuição de taxas existentes, como as que se aplicam ao vinho, tem de ter em questão essa necessidade, bem como as taxas sobre a produção de hidroenergia. Defende, ainda, a revisão das taxas do transporte fluvial, a criação de uma taxa turística nos estabelecimentos da região, servindo o conjunto destas receitas para a promoção dos produtos e da própria Região, tendo em vista criar reputação coletiva do território e individual dos seus produtos e marcas.

A aplicação de taxas para a constituição de um fundo de investimento regional que complementaria apoios ao investimento produtivo, numa lógica de instalação de atividades sustentáveis e de elevado valor acrescentado. Também ao nível do marketing dos produtos endógenos esse fundo poderá apoiar o investimento de uma passagem de uma visão de produto para a de mercado.

Principais equipamentos

O distrito possui boas acessibilidades viárias de acesso ao Porto e a Espanha, contudo há ambição, ao nível de alguns concelhos, de melhoria de acessos aos principais eixos viários do distrito. Em contraste, as acessibilidades ferroviárias são um dos pontos fracos do distrito, tendo a maior parte das linhas férreas sido desativadas.

A região ambiciona a modernização da linha férrea do Douro entre o Porto e Barca d'Alva, com ligação a Salamanca, um eixo vital para o desenvolvimento económico de uma região que se esvazia, permitindo ligar quatro patrimónios da Humanidade (Porto, Alto Douro Vinhateiro, Foz Côa e Salamanca), com reconhecido potencial turístico e mesmo de transporte de mercadorias, nomeadamente de minério, ligando o litoral Norte ao sistema ferroviário europeu.

³ Associação Amigos de Ventozelo, 2023. Manifesto de Ventozelo.

A requalificação da linha do Douro, contudo, parece não ser uma prioridade nacional. Em termos de financiamento a prioridade é baixa, atendendo a que não está previsto nos programas do novo quadro comunitário, devendo o custo do troço Pocinho-Barca d'Alva ser assegurado pelo Orçamento de Estado ou por outras fontes de financiamento. O Fundo Ambiental pode ser a solução, pois sob o chapéu da descarbonização, não deve concentrar-se apenas no financiamento de redes dos grandes eixos urbanos.

O futuro do território não pode ser desligado da globalização e digitalização da sociedade e da economia, com novos padrões de produção e de consumo. Estes desafios exigem ultrapassar as assimetrias ao nível das infraestruturas de conectividade digital, denotando o distrito conhecidas debilidades. Assegurar condições de conectividade para os territórios onde se desenvolvem as atividades agroalimentares é essencial, enquanto instrumento para a afirmação de uma “agricultura 4.0” baseada na incorporação de conhecimento e tecnologia, do turismo e mesmo para atrair empresas tecnológicas.

Quanto aos cuidados de saúde, a população do distrito é servida pela Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro (ULS TMAD), constituída pelos Hospitais de Vila Real, Chaves e Lamego. No que respeita aos cuidados de saúde primários, estão agrupados sete centros de saúde no Alto Tâmega e Barroso, oito do Douro Norte e oito do Douro Sul. Os cuidados de saúde primários oferecem um vasto conjunto de serviços, além das consultas programadas de medicina geral e familiar, domiciliárias de medicina geral e familiar e enfermagem, atendimentos dos cuidados continuados integrados e ainda das equipas comunitárias de suporte em cuidados paliativos, entre outros.

No distrito, mais de 90% da população possui médico de família, todavia, carece de recursos humanos para aumentar o acesso aos cuidados de saúde, de acordo com o tempo máximo de resposta garantido. Por outro lado, atendendo às características da população, as necessidades em saúde são cada vez maiores, o que exige investimento em infraestruturas e recursos humanos. Todavia, um dos desafios reside na necessidade de fixar jovens profissionais de saúde, motivo pelo qual se mantém a ambição da UTAD oferecer o Mestrado Integrado em Medicina.

O distrito possui uma rede de escolas do ensino básico e secundário consolidada e bem distribuída nos diferentes concelhos. O ensino profissional existe em diferentes concelhos, contudo, atendendo ao peso do setor primário, importa sublinhar que existe apenas uma escola nesta área focada no vinho, a Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo, na Régua. Em termos de ensino superior, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sediada em Vila Real, possui competências em

diversas áreas científicas (agrárias e veterinárias, humanas e sociais, ciência e tecnológicas, da vida e do ambiente e ainda de enfermagem). Em Chaves, o Instituto Politécnico de Bragança oferece cursos de natureza politécnica, incluindo também Cursos Técnicos Superior Profissionais.

Em termos de sistema científico, a UTAD está dotada de infraestruturas e recursos humanos com reconhecimento de I&D+I, principalmente no setor agrário. Possui dois Laboratórios Associados na área agrária e unidades de I&D na área da química, desporto, letras e ciências empresariais, bem como polos de unidades sediadas noutras instituições de ensino superior. Em Vila Real estão sediados dois Laboratórios Colaborativos, na área da floresta (Forest Wise) e do vinho e da vinha (Wine and Vine), bem como uma delegação do Instituto Fraunhffer na área da agricultura inteligente.

Em Chaves existe uma Escola de Enfermagem privada e um polo do Instituto Politécnico de Bragança que oferece cursos TESP. Em articulação com o IPB, foi instalado o Centro de Inovação e Tecnologia da Água – Aquavalor -, uma unidade que tem como objetivo potenciar o valor das águas termais e minerais para o desenvolvimento regional e a atividade turística.

O Regia Douro Parque - Parque de Ciência e Tecnologia sediado em Vila Real -, em articulação com o Brigantia Ecopark, constitui o PCT de Trás-os-Montes. Neste parque estão sediadas uma incubadora de base tecnológica, a sede do cluster dos vinhos ADVID e a delegação do Instituto Fraunhoffer, bem como empresas do setor agroindustrial.

O panorama do turismo no distrito caracteriza-se por uma oferta consolidada de empreendimentos, totalizando 2768 unidades de alojamento e 5582 camas. A oferta é diversificada e inclui 72 casas de campo, 45 hotéis, 44 estabelecimentos de agroturismo, 15 de turismo de habitação, 8 hotéis rurais, 8 parques de campismo/caravanismo, uma pousada e um aldeamento turístico.

A distribuição dos empreendimentos turísticos pelas CIM, mostra que no Alto Tâmega se concentram 85 unidades, na CIM Ave 10 unidades e na CIM Douro 99 unidades. A oferta de alojamento é qualificada, sendo cinco hotéis de cinco estrelas, 19 de quatro estrelas, 16 de três estrelas, 13 de duas estrelas e um de uma estrela. Contudo, apenas dois empreendimentos possuem certificação ambiental ISO 140001 e de qualidade de serviços ISO 9001, uma oportunidade para o compromisso com a sustentabilidade. Em termos de indicadores de operação turística, em 2022 o concelho de Chaves lidera o número de dormidas, com 196.219, seguido de Vila Real (71.633) e Peso da Régua (68.090). O distrito contribui com cerca de 1% para os totais nacionais de dormidas e rendimentos em 2022, representando 5,2% e 6,5% da região Norte, respetivamente.

O distrito é rico em património natural e cultural, caso do Parque Natural do Alvão e parte do Parque Nacional da Peneda-Gerês, oferece uma gastronomia distinta e festividades tradicionais que atraem visitantes ao longo do ano. A proximidade geográfica com a Galiza, potencia o turismo transfronteiriço e a cooperação regional em projetos de turismo.

Um estudo promovido por investigadores da UTAD sobre o valor económico da ligação às redes UNESCO, publicado pela Comissão Nacional da UNESCO em 2014, comprova que os benefícios mensurados como o diferencial entre os benefícios e os custos totais associados à classificação são positivos. A classificação da UNESCO do Douro traduz-se também em benefícios para regiões envolventes, traduzindo-se numa economia em rede cujo nó central se localiza no Porto, mas que estende até Salamanca⁴.

Potencialidades

A região Norte caracteriza-se por uma crescente afirmação e reconhecimento da dinâmica empresarial, de investimento e conseqüente criação de emprego qualificado e intensidade tecnológica exportadora, associada ao aparecimento de uma nova classe empresarial.

As CIM situadas na parte nordeste da Região, as CIM Terras de Trás-os-Montes, Douro e Alto Tâmega, são caracterizadas por possuir condições naturais favoráveis para a produção de uma diversificada variedade de produtos agrícolas e a valorização de recursos naturais. O distrito possui uma diversidade de sistemas agrícolas e de produtos endógenos de qualidade reconhecida pelo mercado e com capacidade exportadora, passíveis de aumento do valor acrescentado, casos do vinho, do azeite e dos frutos secos, em particular da castanha. A esta diversidade associa-se uma variedade de produtos locais certificados, caso das certificações biológica, DOP, ETG e IGP. Existe ainda um reconhecimento internacional de empresas de transformação em diversas áreas do setor agroalimentar, principalmente do vinho.

No distrito existe também uma tradição na transformação alimentar de produtos regionais, caso do fumeiro, das compotas e das carnes. Por outro lado, sublinha-se o potencial de crescimento do turismo, nomeadamente do enoturismo e do turismo em espaço rural e gastronómico, associado à riqueza de produtos regionais e a um receituário tradicional. Existem também condições para a criação

⁴ Comissão Nacional da UNESCO, 2014. Estudo sobre o valor económico da ligação às redes UNESCO em Portugal. Sítios do património mundial, reservas da biosfera, geoparques e cátedras UNESCO, dezembro 2014

e consolidação de Bio Regiões, caso da Bio Região do Alto Tâmega. Importa sublinhar a classificação do Barroso, pela FAO, como Sistema Importante do Património Agrícola Mundial - SIPAM.

Quanto aos recursos naturais, o setor de exploração e transformação dos granitos e especificamente a fileira das rochas ornamentais, assume destaque no distrito, em particular no concelho de Vila Pouca de Aguiar, com relevância em termos socioeconómicos. Este setor garante mais de mil postos de trabalho diretos e outros tantos indiretos, estimando-se que o valor produzido seja superior a 30 milhões de euros.

Na sub-região do Tâmega, a água assume um valor potenciador de crescimento económico, em particular as águas termais e minerais em Chaves, tendo sido criada uma associação que tem como foco a temática da água. Mais recentemente, o lítio tem ganho notoriedade, pois a área do Barroso possui importantes reservas e a indústria do lítio em Portugal tem potencial para impulsionar a transição energética e pode reforçar o papel do país na cadeia de valor global do lítio. Contudo, a exploração deste recurso mineral tem geral controvérsia e protestos a nível local.

Os municípios que integram a CIM do Alto Tâmega, face ao posicionamento geográfico, têm oportunidades de estabelecimento de parcerias de natureza transfronteiriça. Por outro lado, os municípios da CIM do Douro estão mais orientados para um trabalho concertado no quadro do Alto Douro Vinhateiro, inscrito na Lista de Património Mundial da UNESCO.

Principais Desafios

O distrito debate-se com problemas caraterísticos das regiões de interior de baixa densidade, onde releva a perda de população e o conseqüente envelhecimento, com indicadores preocupantes em alguns municípios. O declínio demográfico e envelhecimento da população é mais expressivo nos territórios de montanha, onde o setor agrário assume maior representatividade.

A falta de mão-de-obra, designadamente qualificada, não afeta somente a agricultura. São numerosas as atividades que se deparam com escassez de recursos humanos, por vezes sazonal, mas também com caráter permanente.

Persistem no distrito défices de qualificação, de forma generalizada, ao nível da população adulta. São reduzidos os níveis de escolaridade e de qualificação da população adulta relativamente aos referenciais nacionais, e escassa a formação especializada com aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente para dirigentes de instituições, empresários e profissionais do setor agroalimentar.

O setor agroalimentar, predominante no distrito, tem dificuldade de atração de recursos humanos, e assiste-se a um baixo nível de formação técnica e de capacitação vocacionada para adicionar valor aos produtos, via embalagem, marketing e comercialização. O distrito debate-se com níveis reduzidos de inovação e de experimentação social, bem como um défice de cultura de criação de *start ups* e de empresas tecnológicas, nomeadamente de empresas associadas ao setor agroalimentar.

Não obstante as melhorias ao nível das acessibilidades viárias, persistem défices ao nível do transporte ferroviário e das estruturas de comunicação e conectividade digital, tendencialmente deficientes, com maior expressão nas sub-regiões mais interiores.

A base económica da Região assenta nos produtos agroalimentares, onde persistem debilidades na organização e concentração da produção agrícola e um insuficiente apoio institucional. Por outro lado, o setor regista falta de organização na comercialização e distribuição em certas áreas, bem como de apoio para promover a diversificação de mercados internacionais.

Neste domínio, a polarização ao nível da estrutura fundiária é limitante, face à dominância do minifúndio em toda o distrito, que dificulta o acesso à terra e a rentabilidade da atividade agrícola. O distrito é pautado pela ausência de cadastro das parcelas em meio rural. Existem ainda crescentes limitações de recursos hídricos, insuficiente armazenamento de água nos períodos de pluviosidade intensa, perda de biodiversidade e desertificação do solo. Quanto aos índices de produtividade, os indicadores são débeis, atendendo a que se trata de atividades tradicionais ligadas ao setor agrário.

Importa sublinhar a presença significativa de atividades com menor intensidade em tecnologia ou conhecimento no setor agroalimentar, e insuficiente presença de atividades transacionáveis nos mercados digitais. Por outro lado, acentuam-se as dificuldades na valorização dos recursos endógenos e a estrutura produtiva está dependente de setores tradicionais fortemente expostos à concorrência internacional, cujas produções possuem um grau elevado de substituíbilidade. O distrito, a exemplo das regiões de interior, debate-se com dificuldades na gestão logística de circuitos de cadeia curta.

As alterações climáticas constituem um desafio transversal a todas as culturas agrícolas com relevância económica para o distrito, sendo essencial encontrar soluções para mitigar os seus efeitos e adaptar às novas condições emergentes. O mesmo acontece com a escassez de mão de obra, pois nas principais culturas, caso da vinha, não é possível mecanizar todas as operações culturais.

Existem desafios específicos para cada setor, que devem ser objeto de reflexão. A título de exemplo, no caso da vinha, destaca-se a sustentabilidade económica e nomeadamente da rentabilidade da

produção de uva, sendo essencial melhorar a remuneração dos produtores. A sustentabilidade do distrito passa por criar mais valor, tendo como objetivo alcançar uma distribuição e mais equitativa desse valor ao longo da cadeia.

Rumo Estratégico

Preparar o Futuro do distrito exige promover uma reflexão sobre os principais desafios com que se depara, envolvendo especialistas nos diferentes temas e os principais atores que desenvolvem a sua atividade no território, assim como atores externos que contribuam como novos olhares e perspectivas. Neste contexto, a delegação da SEDES do distrito de Vila Real, está a refletir sobre alguns temas para, num próximo momento, indicar caminhos que permitam definir um rumo estratégico para o distrito. O novo modelo organizativo é uma oportunidade para promover uma estratégia de articulação na região, que garanta fluidez na resposta aos desafios dos agentes económicos. A sobreposição de competências e funções entre organismos do Estado conduz a sobreposição de responsabilidades e ineficiência organizacional, o que exige melhor conectividade. O quadro administrativo do distrito deve ser perspectivado à luz de uma reforma do sistema eleitoral, conforme recomendações da SEDES. O atual ciclo de programação abre potencialidades de utilização de fundos estruturais para diminuir as assimetrias em relação à média do Norte e do país, sendo o Portugal 2030 e o PEPAC uma oportunidade. Deve implicar um maior apoio institucional e de fundos para a valorização dos recursos endógenos, orientada para a criação de emprego e de riqueza. Neste domínio, importa destacar o crescimento da procura de produtos locais através de circuitos curtos de comercialização, em especial de produtos sazonais. Face ao posicionamento geográfico do distrito, releva-se o desenvolvimento da estratégia de Especialização Inteligente Transfronteiriça Galiza-Norte de Portugal (RIS3T), enquanto primeira RIS3 transfronteiriça a nível europeu.

Perante o retrato do distrito, as políticas ativas de apoio à formação e emprego ganham uma importância acrescida. Somente políticas estrategicamente estruturadas conduzem a uma maior diversificação económica, habilitando os residentes a adquirir capacidades em setores emergentes e promissores, como tecnologia, turismo sustentável, agricultura de precisão, entre outros, permitindo combater o desemprego e aumentar a capacidade de atração de jovens para o território. É expectável que o acesso à educação e oportunidades de formação profissional, possam fomentar o empreendedorismo e a atração de investimento, a inovação e o desenvolvimento de projetos que

combatam o ciclo de pobreza, melhorar a qualidade de vida, o empoderamento das comunidades e a sua capacidade de resiliência e adaptação desafios ambientais e económicos.

Nesse sentido, a rede de instituições científicas e de ensino superior deve ser potencializada na criação de valor e de fixação de recursos humanos qualificados. A sustentabilidade do distrito deve envolver o conhecimento, incluindo programas de I&D e modernização de infraestruturas científicas para as instituições, traduzido num programa estruturado de desenvolvimento, inovação e empreendedorismo com impacto potencial em áreas estratégicas, um assunto que merece melhor reflexão⁵. De igual modo, a rede de ensino profissionalizante deve ser focalizada nas áreas económicas relevantes para o distrito, na ótica da estratégia de especialização inteligente e privilegiando o conceito de fileira. É essencial fomentar a colaboração entre instituições de ensino superior, centros de competência e polos de inovação do setor agroalimentar e das novas tecnologias.

A aposta europeia na aprendizagem ao longo da vida, tendo como meta a participação de 60% da população ativa em formação contínua, deve ser perspectivada em formatos de microcredenciais, privilegiando as organizações de produtores e cooperativas, designadamente sobre práticas agrárias sustentáveis e no domínio da gestão empresarial.

O desenvolvimento do distrito passa por fomentar uma nova carteira de atividades económicas que privilegie a valorização dos produtos locais, através do turismo, em torno do património cultural, dos recursos naturais, dos produtos alimentares endógenos e da gastronomia, não esquecendo as oportunidades no domínio da indústria em geral. Deve ser equacionada a inovação na gestão e comercialização de produtos e o aumento das exportações, potenciando a criação de plataformas logísticas para pequenos produtores ao nível dos municípios.

O reforço das políticas de ação climática e a ambição de cumprir as metas da neutralidade carbónica deve ser uma prioridade, privilegiando a valorização económica de ativos biológicos e a remuneração de serviços de ecossistema, tendo em vista a criação de territórios neutros em carbono.

O desenvolvimento do distrito, a exemplo de outros do interior, exige políticas que promovam investimentos para criar e fixar valor, investimentos baseados na inovação que promovam o emprego, a fixação e atração de população, bem como de projetos que envolvam e comprometam todos os atores regionais.

⁵ SEDES, Beleza e Mateus (cooredores), 2022. Ambição duplicar o PIB em 20 anos.

20

Sobre

A SEDES

A SEDES é uma das mais antigas associações cívicas portuguesas, operando, desde 1970, como um “think tank” independente, comprometido a pensar Portugal ao centro. A sua missão é promover o desenvolvimento económico e social do país, através de contributos especializados e plurais em vários setores das políticas públicas.

24